

Klabin S.A. e Controladas



*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS**Página**

ATIVO	38
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	40
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	44
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	45
1 INFORMAÇÕES GERAIS	46
2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	46
3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53
4 ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS	53
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	59
6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	60
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	60
8 PARTES RELACIONADAS	62
9 ESTOQUES	64
10 TRIBUTOS A RECUPERAR	64
11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	64
12 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS	67
13 IMOBILIZADO	68
14 ATIVOS BIOLÓGICOS	70
15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	73
16 FORNECEDORES	75
17 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	76
18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79
19 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	82
20 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA	82
21 RESULTADO FINANCEIRO	83
22 RESULTADO POR AÇÃO	83
23 SEGMENTOS OPERACIONAIS	84
24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	87
25 COBERTURA DE SEGUROS	92
26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	92
27 EVENTOS SUBSEQUENTES	93

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009
E 01 DE JANEIRO DE 2009**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
	Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
A T I V O							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.268.816	1.697.278	1.079.899	2.531.105	1.841.652	1.295.177
Títulos e valores mobiliários	6	198.222	209.874	407.521	198.222	209.874	407.521
Contas a receber de clientes	7	566.799	507.426	384.994	753.961	661.128	650.912
Partes relacionadas	8	312.598	157.067	469.022	-	-	-
Estoques	9	427.231	403.090	410.983	460.128	470.615	478.890
Tributos a recuperar	10	125.974	290.749	322.113	131.102	294.268	326.969
Despesas antecipadas – partes relacionadas	8	13.242	15.963	18.790	13.242	15.963	18.790
Outros ativos		31.469	30.473	108.408	39.387	42.697	61.790
Total do ativo circulante		3.944.351	3.311.920	3.201.730	4.127.147	3.536.197	3.240.049
Não circulante							
Partes relacionadas	8	5.216	7.696	7.133	1.220	1.727	2.125
Depósitos judiciais	17	89.388	80.712	124.834	90.698	81.932	126.029
Tributos a recuperar	10	131.621	164.673	206.514	131.621	164.673	206.514
Outros ativos		122.651	105.183	97.589	124.458	111.393	103.903
Investimentos							
. Participações em controladas	12	1.793.958	1.778.638	1.805.968	-	-	-
. Outros		11.542	11.542	8.690	11.542	11.552	8.700
Imobilizado	13	3.932.348	3.905.330	4.174.160	5.004.023	4.996.892	5.286.477
Ativos biológicos	14	1.394.938	1.326.757	1.428.320	2.762.879	2.491.169	2.667.454
Intangível		7.655	6.365	1.115	7.655	6.365	1.115
Total do ativo não circulante		7.489.317	7.386.896	7.854.323	8.134.096	7.865.703	8.402.317
Total do ativo		11.433.668	10.698.816	11.056.053	12.261.243	11.401.900	11.642.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009
E 01 DE JANEIRO DE 2009**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
	Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	805.215	683.473	463.773	842.121	802.312	497.094
Fornecedores	16	265.137	185.420	208.147	269.839	189.696	215.546
Tributos a recolher		36.677	47.284	38.115	40.669	50.399	42.152
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11	-	-	-	37.013	1.622	764
Salários, férias e encargos		92.612	68.260	58.666	93.542	68.859	59.661
Partes relacionadas	8	21.864	65.162	131.511	2.392	2.202	1.816
Adesão - REFIS	17	349.340	331.685	-	349.340	331.685	-
Outras contas a pagar e provisões		47.037	49.623	27.826	55.997	57.844	44.167
Total do passivo circulante		1.617.882	1.430.907	928.038	1.690.913	1.504.619	861.200
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	4.014.976	3.914.754	4.942.423	4.014.976	3.925.637	4.971.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	644.909	489.033	364.578	1.235.635	1.047.513	956.828
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	17	102.147	138.725	110.429	102.147	138.725	110.429
Outras contas a pagar e provisões		59.669	63.238	82.008	63.070	66.582	85.721
Total do passivo não circulante		4.821.701	4.605.750	5.499.438	5.415.828	5.178.457	6.124.615
Patrimônio líquido							
Capital social		1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Reservas de capital		84.491	84.491	84.491	84.491	84.491	84.491
Reserva de reavaliação		51.404	52.117	53.472	51.404	52.117	53.472
Reservas de lucros		2.403.120	2.001.024	1.953.918	2.403.120	2.001.024	1.953.918
Ajustes de avaliação patrimonial		1.083.423	1.104.337	1.116.506	1.083.423	1.104.337	1.116.506
Ações em tesouraria		(128.353)	(79.810)	(79.810)	(128.353)	(79.810)	(79.810)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	18	4.994.085	4.662.159	4.628.577	4.994.085	4.662.159	4.628.577
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	-	160.417	56.665	27.974
		4.994.085	4.662.159	4.628.577	5.154.502	4.718.824	4.656.551
Total do passivo e patrimônio líquido		11.433.668	10.698.816	11.056.053	12.261.243	11.401.900	11.642.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita líquida de vendas	19	3.566.936	2.868.275	3.663.317	2.960.179
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14	220.610	994	448.625	64.577
Custo dos produtos vendidos	20	(2.761.192)	(2.473.830)	(2.741.103)	(2.498.271)
Lucro bruto		1.026.354	395.439	1.370.839	526.485
Despesas/ receitas operacionais					
Vendas	20	(242.824)	(213.369)	(300.153)	(300.047)
Gerais e administrativas	20	(209.085)	(173.728)	(214.876)	(176.906)
Outras, líquidas	20	3.781	15.420	(34.421)	10.770
		(448.128)	(371.677)	(549.450)	(466.183)
Resultado de equivalência patrimonial	12	146.688	59.828	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		724.914	83.590	821.389	60.302
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	206.000	76.987	213.162	84.040
Despesas financeiras	21	(159.497)	366.905	(162.568)	360.159
		46.503	443.892	50.594	444.199
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		771.417	527.482	871.983	504.501
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	11	(54.593)	(234.240)	(100.545)	(244.206)
. Diferido	11	(157.048)	(124.456)	(189.286)	(88.554)
		(211.641)	(358.696)	(289.831)	(332.760)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		559.776	168.786	582.152	171.741
Lucro atribuído aos acionistas controladores		559.776	168.786	559.776	168.786
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		-	-	22.376	2.955
Lucro básico/diluído por ação ON – R\$	22	0,5852	0,1760	0,5852	0,1760
Lucro básico/diluído por ação PN – R\$	22	0,6436	0,1936	0,6436	0,1936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	559.776	168.786	582.152	171.741
Outros resultados abrangentes:				
. Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(2.304)	(12.169)	(2.304)	(12.169)
Resultado abrangente total do exercício , líquido de impostos	557.472	156.617	579.848	159.572
Resultado abrangente total, atribuído a:				
.Participação dos acionistas controladores	557.472	156.617	557.472	156.617
.Participação dos acionistas não controladores	-	-	22.376	2.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora									
	Reservas de capital			Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Participação acionistas controladores
	Capital social	Incentivos fiscais	Especial Lei nº 8.200/91	De ativos próprios	Legal	A Realizar	Dividendos propostos	Estatutária		
	1.500.000	505	83.986	81.016	143.022	-	-	518.605	(309)	742.733
Em 31 de dezembro de 2008 - apresentado										2.247.015
Adoção CFCs - ativos biológicos										742.733
Adoção CFCs - ativos biológicos (controladas)										549.538
Transferência lucros não realizados para reserva						1.292.291			(1.292.291)	-
Adoção CFCs - custo atribuído - terras										512.381
Adoção CFCs - custo atribuído - terras (controladas)										604.434
Transferência para ajustes de avaliação patrimonial										(1.116.815)
Adoção CFCs - IRCS da reserva de reavaliação										(27.544)
Transferência do IRCS para reserva de reavaliação				(27.544)						27.544
Em 01 de janeiro de 2009 - ajustado	1.500.000	505	83.986	53.472	143.022	1.292.291	-	518.605	1.116.815	4.628.577
Lucro líquido do exercício										168.786
Outros resultados abrangentes do exercício										168.786
Resultado abrangente total do exercício										1.355
Reserva de reavaliação realizada				(1.355)						-
Realização de reserva de lucros a realizar - ativos biológicos										91.546
Realização de reserva de lucros a realizar - ativos biológicos (controladas)						(91.546)				115.195
Transferência lucros não realizados para reserva de lucros a realizar - ativos biológicos						(115.195)				(656)
Transferência lucros não realizados para reserva de lucros a realizar - ativos biológicos (controladas)						656				(41.965)
Destinação do lucro do exercício (nota explicativa 13):						41.965				(123.035)
. Dividendos antecipados do exercício							57.002			(57.002)
. Dividendos complementares exercício 2009 propostos										(134.224)
. Constituição de reservas					16.645					-
Em 31 de dezembro de 2009	1.500.000	505	83.986	52.117	159.667	1.128.171	57.002	656.184	1.104.337	559.776
Lucro líquido do exercício										559.776
Outros resultados abrangentes do exercício										713
Resultado abrangente total do exercício										134.742
Reserva de reavaliação realizada										68.709
Realização de reserva de lucros a realizar - ativos biológicos				(713)						(145.605)
Realização de reserva de lucros a realizar - ativos biológicos (controladas)						(134.742)				(150.488)
Transferência lucros não realizados para reserva de lucros a realizar - ativos biológicos						(68.709)				18.610
Transferência lucros não realizados para reserva de lucros a realizar - ativos biológicos (controladas)						145.605				(48.543)
Realização de custo atribuído ao ativo imobilizado (controladas)						150.488				(57.002)
Aquisição de ações para tesouraria										(120.001)
. Dividendos complementares 2009 aprovados ACO				(57.002)						(70.002)
Destinação do lucro do exercício (nota explicativa 13):							70.002			(296.454)
. Dividendos antecipados do exercício					27.989					-
. Dividendos complementares exercício 2010 propostos										4.994.085
. Constituição de reservas										
Em 31 de dezembro de 2010	1.500.000	505	83.986	51.404	187.656	1.220.813	70.002	924.649	1.083.423	4.994.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício - atribuído aos acionistas controladores	559.776	168.786	559.776	168.786
Despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:				
. Depreciação e amortização	222.332	415.165	223.639	416.388
. Variação valor justo dos ativos biológicos	(220.610)	(994)	(448.625)	(64.577)
. Exaustão de ativos biológicos	220.647	149.390	337.100	332.791
. Realização de custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	28.197	-
. Resultado na alienação de ativos	1.880	(63.398)	2.120	(63.400)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	157.048	124.456	189.286	88.554
. Imposto de renda e contribuição social REFIS	-	234.240	-	234.240
. Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	107.773	(500.716)	108.452	(507.897)
. Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(280.324)	(304.100)	(281.723)	(306.683)
. Provisão de juros REFIS	17.655	97.445	17.655	97.445
. Resultado de equivalência patrimonial	(146.688)	(59.828)	-	-
. Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	22.376	2.955
. Resultados recebidos de empresas controladas	136.035	63.578	-	-
. Outras	1.585	32.387	6.584	29.993
Redução (aumento) nas contas do ativo				
. Contas a receber de clientes	(218.310)	246.731	(96.060)	(10.216)
. Estoques	(24.141)	7.893	(32.244)	6.215
. Tributos a recuperar	232.405	119.954	232.311	127.621
. Títulos e valores mobiliários	11.652	197.647	11.652	197.647
. Despesas antecipadas	(2.237)	7.070	(872)	1.423
. Outros ativos	(14.518)	13.717	(12.599)	19.755
Aumento (redução) nas contas do passivo				
. Fornecedores	36.419	(89.076)	80.333	(25.464)
. Tributos a recolher	(10.607)	9.169	(9.730)	8.247
. Imposto de renda e contribuição social	-	-	34.227	1.561
. Salários, férias e encargos	24.352	9.594	24.683	9.198
. Outros passivos	(45.125)	1.128	(46.910)	(7.445)
Imposto de renda e contribuição social correntes pagos no exercício	(34.578)	(3.318)	(36.093)	(9.648)
Geração de caixa nas atividades operacionais	732.421	876.920	913.535	747.489
Fluxo de caixa de atividades de Investimento:				
. Aquisição de bens do ativo imobilizado, líquido dos impostos recuperáveis	(258.731)	(154.482)	(266.489)	(157.346)
. Custo de plantio de ativos biológicos, líquido dos impostos recuperáveis	(65.084)	(46.833)	(119.108)	(91.929)
. Venda de ativos	841	73.041	683	73.050
. Aquisição de investimentos e integralização de capital em controladas	(6.878)	(3.744)	-	-
. Outros	-	(1.335)	-	(1.288)
Utilização de caixa nas atividades de investimento	(329.852)	(133.353)	(384.914)	(177.513)
Fluxo de caixa de atividades de Financiamento:				
. Captação de empréstimos e financiamentos	1.016.656	403.764	1.042.934	493.446
. Amortização de empréstimos e financiamentos	(622.141)	(406.917)	(740.515)	(419.648)
. Integralização de capital em controladas por acionistas não controladores	-	-	90.122	34.328
. Aquisição de participação de acionistas não-controladores em controladas	-	-	(3.251)	(8.592)
. Dividendos pagos	(177.003)	(123.035)	(177.003)	(123.035)
. Dividendos pagos para acionistas não-controladores	-	-	(2.912)	-
. Aquisição de ações para tesouraria	(48.543)	-	(48.543)	-
Geração (utilização) de caixa nas atividades de financiamento	168.969	(126.188)	160.832	(23.501)
Aumento no caixa e equivalentes	571.538	617.379	689.453	546.475
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	1.697.278	1.079.899	1.841.652	1.295.177
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	2.268.816	1.697.278	2.531.105	1.841.652
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	571.538	617.379	689.453	546.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR)
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas				
. Venda produtos	4.505.199	3.625.808	4.617.497	3.730.650
. Outras receitas	221.451	74.035	454.382	137.628
. Provisão para devedores duvidosos	(3.407)	(9.708)	(3.227)	(9.707)
	4.723.243	3.690.135	5.068.652	3.858.571
Insumos adquiridos de terceiros				
. Custo dos produtos vendidos	(1.272.783)	(949.492)	(1.152.569)	(791.392)
. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.613.219)	(1.368.251)	(1.711.570)	(1.467.308)
	(2.886.002)	(2.317.743)	(2.864.139)	(2.258.700)
Valor adicionado bruto	1.837.241	1.372.392	2.204.513	1.599.871
Retenções				
. Depreciação, amortização e exaustão	(442.977)	(564.555)	(560.739)	(749.179)
Valor adicionado líquido produzido	1.394.264	807.837	1.643.774	850.692
Valor adicionado recebido em transferência				
. Resultado de equivalência patrimonial	146.688	59.828	-	-
. Participação dos acionistas não controladores	-	-	(22.376)	(2.955)
. Receitas financeiras, incluindo variação cambial	372.660	915.387	379.856	920.985
	519.348	975.215	357.480	918.030
Valor adicionado total a distribuir	1.913.612	1.783.052	2.001.254	1.768.722
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal				
. Remuneração direta	355.632	288.538	357.401	292.989
. Benefícios	76.369	64.005	77.997	65.445
. FGTS	27.843	25.845	27.843	25.845
	459.844	378.388	463.241	384.279
Impostos, taxas e contribuições				
. Federais	488.944	658.461	570.084	632.948
. Estaduais	71.229	98.880	71.230	98.880
. Municipais	7.662	7.042	7.661	7.042
	567.835	764.383	648.975	738.870
Remuneração de capitais de terceiros				
. Juros	326.157	471.495	329.262	476.786
	326.157	471.495	329.262	476.786
Remuneração de capitais próprios				
. Dividendos sobre lucro do exercício	190.003	180.037	190.003	180.037
. Lucros retidos (prejuízo absorvido) do exercício	369.773	(11.251)	369.773	(11.250)
	559.776	168.786	559.776	168.787
	1.913.612	1.783.052	2.001.254	1.768.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Companhia”) e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&F Bovespa. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora (Klabin S.A.) também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação (SCPs), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

A Companhia também possui participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 12), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2011.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pela Companhia, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10, as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, originalmente apresentadas em 18 de fevereiro de 2010, estão sendo reapresentadas com os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

A Companhia adotou os novos pronunciamentos pela primeira vez em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo 01 de janeiro de 2009 considerado como data de transição para o IFRS. As informações acerca de sua adoção inicial estão demonstradas na nota explicativa 4.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos pela taxa de câmbio da moeda de apresentação definida pela Companhia na data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações.

Nas controladas com característica de entidades independentes, as diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

(i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), que se aproximam do valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicáveis, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os juros são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e registrados como despesa financeira, assim como a referida atualização monetária e a variação cambial auferida sobre o saldo de empréstimos e financiamentos em aberto.

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

As alíquotas de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos são as mesmas para os impostos correntes, seguindo as premissas estabelecidas pela legislação fiscal brasileira.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquido no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de provisões temporariamente não dedutíveis e tributos em discussão judicial, tanto no ativo como no passivo na controladora, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na controladora e controladas, variação cambial diferida na controladora e ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (nota explicativa 4), inclusos no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído aos ativos imobilizados (terras), mensuração dos ativos biológicos a valor justo (nota explicativa 14) e alteração nas taxas de depreciação do ativo imobilizado (nota explicativa 13).

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício.

g) Investimentos (controladora)

São representados por investimentos em empresas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação, de acordo com a participação mantida na controlada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização como a diferença entre o montante a receber da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em controlada no exterior que não possua característica de filial é reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, descrita na nota explicativa 4, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 13.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos Biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantido dentro da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

k) Ativo intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

l) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subseqüentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

n) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos, e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

o) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concede plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001, caracterizados como planos de benefício definido. Esses benefícios adotam práticas de reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas e compromissos atuariais são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

q) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

r) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

Segue abaixo a relação dos novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidas:

Pronunciamento	Conteúdo
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 36 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 21, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Revisão do texto para melhor alinhamento ao conteúdo do IAS 7, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas	Inclusão de alterações feitas pelo IASB no IAS 24 e revisão do texto, sem alteração da essência do pronunciamento.
CPC 41 – Resultado por Ação	Diretrizes padronizadas para a apuração e divulgação do resultado por ação. O referido pronunciamento foi aplicado de forma antecipada (nota 22).
ICPC 13 - Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	Interpretação aplicada à contabilização nas demonstrações financeiras de contribuinte por participações decorrentes de fundos de desativação, em linha com o IFRIC 5.
ICPC 15 - Passivo Decorrente de Participação em um Mercado Específico - Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	Interpretação sobre a tratativa contábil acerca do gerenciamento de resíduos de equipamentos eletrônicos, em linha com o IFRIC 6.
Medida Provisória 517/10	Alteração de dispositivos da Lei 6.404/76, com o objetivo de adequar as emissões de debêntures. Esta medida provisória não traz efeitos sobre as demonstrações financeiras apresentadas.
IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiros	Inclusão na norma de isenção limitada de divulgações comparativas e eliminação de datas fixas aos adotantes iniciais do IFRS.
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações	Inclusão de procedimentos quanto a divulgação de transferências de ativos financeiros.
IAS 12 – Impostos sobre a Renda	Inclusão de procedimentos quanto a recuperação dos impostos diferidos quando este é mensurado por meio do valor justo.

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais; (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, como segue:

	País Sede	Atividade	Participação	Participação- (%)	
				31/12/10	31/12/09
<u>Empresas controladas:</u>					
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta/indireta	100	100
Klabin Ltd.	Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100
. Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
IKAPÊ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Antas Serviços Florestais S/C Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100
Centaurus Holdings S.A.	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100	100
Timber Holdings S.A.	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100	100
<u>Sociedades em Conta de Participação:</u>					
Paraná	Brasil	Reflorestamento	Direta	89	96
Santa Catarina	Brasil	Reflorestamento	Direta	94	97

4 ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia segue as premissas definidas no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1) – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 (equivalente ao IFRS 1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

O quadro abaixo detalha os principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, em relação as práticas contábeis adotadas anteriormente no balanço patrimonial e patrimônio líquido da Companhia, individual e consolidado, em 01 de janeiro de 2009 (data de transição), 31 de dezembro de 2009, além da demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Balanco patrimonial de abertura – 1.1.2009							
Nota 4	Controladora			Consolidado			
	Apresentado	Ajustes	Ajustado	Apresentado	Ajustes	Ajustado	
Caixa, equivalentes de caixa, titulos e valores mobiliários	1.487.420	-	1.487.420	1.702.698	-	1.702.698	
Contas a receber de clientes	h)	384.994	-	384.994	633.080	17.832	650.912
Partes relacionadas		469.022	-	469.022	-	-	-
Estoques	b)	410.983	-	410.983	437.092	41.798	478.890
Outros ativos		449.311	-	449.311	407.549	-	407.549
Ativo Circulante		3.201.730	-	3.201.730	3.180.419	59.630	3.240.049
Investimento em controladas	b), g) e i)	605.850	1.200.118	1.805.968	-	-	-
Imobilizado	b), g) e i)	3.700.792	473.368	4.174.160	4.299.443	987.034	5.286.477
Intangível	i)	47.241	(46.126)	1.115	47.241	(46.126)	1.115
Ativos biológicos	b) e i)	-	1.428.320	1.428.320	-	2.667.454	2.667.454
Depósitos judiciais	c)	78.598	46.236	124.834	79.793	46.236	126.029
IR/CS diferidos	j)	311.832	(311.832)	-	314.062	(314.062)	-
Outros ativos		319.926	-	319.926	321.242	-	321.242
Ativo não circulante		5.064.239	2.790.084	7.854.323	5.061.781	3.340.536	8.402.317
Empréstimos e financiamentos	h)	463.773	-	463.773	479.262	17.832	497.094
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Outros passivos		464.265	-	464.265	364.106	-	364.106
Passivo Circulante		928.038	-	928.038	843.368	17.832	861.200
Empréstimos e financiamentos		4.942.423	-	4.942.423	4.971.637	-	4.971.637
IR/CS diferidos	b), f), g) e j)	2.292	362.286	364.578	2.292	954.536	956.828
Prov. fiscais, prev, trab e civeis	c)	64.193	46.236	110.429	64.193	46.236	110.429
Outros passivos		82.008	-	82.008	85.721	-	85.721
Passivo não circulante		5.090.916	408.522	5.499.438	5.123.843	1.000.772	6.124.615
Participação não controladores	d)	-	-	-	27.974	(27.974)	-
Patrimônio Líquido	b), d), f) e g)	2.247.015	2.381.562	4.628.577	2.247.015	2.409.536	4.656.551

Balanco patrimonial – 31.12.2009							
Nota 4	Controladora			Consolidado			
	Apresentado	Ajustes	Ajustado	Apresentado	Ajustes	Ajustado	
Caixa, equivalentes de caixa, titulos e valores mobiliários	1.907.152	-	1.907.152	2.051.526	-	2.051.526	
Contas a receber de clientes	h)	507.426	-	507.426	553.614	107.514	661.128
Partes relacionadas		157.067	-	157.067	-	-	-
Estoques	b)	403.090	-	403.090	431.047	39.568	470.615
Outros ativos		337.185	-	337.185	352.928	-	352.928
Ativo Circulante		3.311.920	-	3.311.920	3.389.115	147.082	3.536.197
Investimento em controladas	b), g) e i)	649.143	1.129.495	1.778.638	-	-	-
Imobilizado	b), g) e i)	3.468.111	437.219	3.905.330	4.077.402	919.490	4.996.892
Intangível	i)	55.098	(48.733)	6.365	55.098	(48.733)	6.365
Ativos biológicos	b) e i)	-	1.326.757	1.326.757	-	2.491.169	2.491.169
Depósitos judiciais	c)	36.019	44.693	80.712	37.239	44.693	81.932
IR/CS diferidos	j)	149.434	(149.434)	-	149.533	(149.533)	-
Outros ativos		289.094	-	289.094	289.345	-	289.345
Ativo não circulante		4.646.899	2.739.997	7.386.896	4.608.617	3.257.086	7.865.703
Empréstimos e financiamentos	h)	683.473	-	683.473	694.798	107.514	802.312
Dividendos a pagar	a)	57.002	(57.002)	-	57.002	(57.002)	-
Outros passivos		747.434	-	747.434	702.307	-	702.307
Passivo Circulante		1.487.909	(57.002)	1.430.907	1.454.107	50.512	1.504.619
Empréstimos e financiamentos		3.914.754	-	3.914.754	3.925.637	-	3.925.637
IR/CS diferidos	b), f), g) e j)	11.868	477.165	489.033	13.691	1.033.822	1.047.513
Prov. fiscais, prev, trab e civeis	c)	94.032	44.693	138.725	94.032	44.693	138.725
Outros passivos		63.238	-	63.238	66.582	-	66.582
Passivo não circulante		4.083.892	521.858	4.605.750	4.099.942	1.078.515	5.178.457
Participação não controladores	d)	-	-	-	56.665	(56.665)	-
Patrimônio Líquido	a), b), d), f) e g)	2.387.018	2.275.141	4.662.159	2.387.018	2.331.806	4.718.824

		Patrimônio líquido				
		Controladora		Consolidado		
Nota 4		01.01.2009	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2009	
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		2.247.015	2.387.018	2.247.015	2.387.018	
	Valor justo dos ativos biológicos	b)	1.125.353	987.641	1.958.016	1.709.350
	Custo atribuído ao imobilizado - terras	g)	776.335	776.335	1.692.144	1.692.144
	IR/CS diferido s/ os ajustes		(646.574)	(599.752)	(1.241.054)	(1.156.508)
	Efeito reflexo de controladas	b) e g)	1.153.992	1.080.762	-	-
	IR/CS diferido s/ reserva de reavaliação	f)	(27.544)	(26.847)	(27.544)	(26.847)
	Estorno da proposta de dividendos para aprovação na AGO	a)	-	57.002	-	57.002
	Classificação de acionistas não controladores para o PL	d)	-	-	27.974	56.665
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		2.381.562	2.275.141	2.409.536	2.331.806	
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos:		4.628.577	4.662.159	4.656.551	4.718.824	
. Atribuído a participação dos acionistas controladores		4.628.577	4.662.159	4.628.577	4.662.159	
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	27.974	56.665	

		Demonstração do resultado	
		Controladora	Consolidado
Nota 4		31.12.2009	31.12.2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		332.907	335.862
	Variação do valor justo dos ativos biológicos	b) 994	64.577
	Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	b) (138.706)	(313.244)
	Equivalência patrimonial - efeito reflexo de controladas	b) (73.230)	-
	IR/CS diferido s/ os ajustes	46.821	84.546
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(164.121)	(164.121)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		168.786	171.741
. Atribuído a participação dos acionistas controladores		168.786	168.786
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	2.955

		Demonstração do fluxo de caixa - 31.12.2009						
		Controladora			Consolidado			
Nota 4		<u>Apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>	
	Caixa gerado nas atividades operacionais	h)	876.920	-	876.920	837.393	(89.904)	747.489
	Caixa gerado nas atividades de investimento		(133.353)	-	(133.353)	(177.513)	-	(177.513)
	Caixa gerado nas atividades de financiamento	h)	(126.188)	-	(126.188)	(113.405)	89.904	(23.501)
	Aumento no caixa e equivalentes		617.379	-	617.379	546.475	-	546.475

A demonstração do resultado abrangente não está demonstrando seus efeitos em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos, visto que estes não impactaram sua apresentação.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) ICPC 08/CPC 24 (equivalente ao IAS 10) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

De acordo com o referido pronunciamento técnico, somente os dividendos mínimos obrigatórios devem ser registrados no passivo nas demonstrações financeiras antes de sua aprovação. A proposta da Administração de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório, deve ser registrada dentro do patrimônio líquido, em conta específica dentro da reserva de lucros, denominada reserva de dividendos propostos, a ser registrado passivo após aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, foi efetuado o estorno do saldo de R\$ 57.002 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2009, referente a proposta da Administração de distribuição de dividendos complementares do exercício, para a referida conta no patrimônio líquido.

b) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, devem ser alocados para um grupo específico dentro do ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para colocação destes ativos em condição de uso ou venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo são mantidos no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em empresas controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

c) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados as provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

d) CPC 26 (equivalente ao IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As participações de não-controladores devem ser apresentadas dentro do grupo do patrimônio líquido, separando-se ao montante correspondente aos acionistas controladores e acionistas não controladores, diferentemente de sua classificação anterior em linha específica do balanço entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

e) CPC 27 (equivalente ao IAS 16) – Ativo Imobilizado

A depreciação dos ativos imobilizados deve ser apurada com base na vida útil econômica estimada dos ativos. Ao final de 2009 a Companhia procedeu com a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado, definindo novas taxas de depreciação aplicáveis ao início do exercício de 2010. As novas taxas de depreciação diferem daquelas adotadas anteriormente pela Companhia.

f) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

O imposto de renda e a contribuição social não registrados sobre reavaliações de ativos remanescentes no balanço da Companhia em atendimento a prática contábil vigente na época da reavaliação, deve ser registrado deduzindo-se do saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionada a provisão diferida dos impostos no passivo. A realização dos impostos será efetuada mediante a realização dos ativos, por venda ou depreciação (se aplicável) destes ativos.

g) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos as terras da Companhia foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa terceirizada especializada no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia entende que a adoção do *deemed cost* para as demais classes de ativos não era necessária devido aos valores contábeis não apresentarem a mesma defasagem acentuada com relação aos valores justos, observada para as terras florestais.

O saldo de custo atribuído apurado, corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

h) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

i) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

O saldo da diferença entre valor contábil e valor justo dos ativos e passivos adquiridos, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas ao seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas.

j) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais de forma líquida entre a compensação dos saldos de tributos diferidos ativos e passivos, após análise e atendimento de critérios definidos no referido pronunciamento.

k) Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1), é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos (01 de janeiro de 2009) a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas, porém a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito da seguinte forma:

- (i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (*deemed cost*) na data de transição somente para a classe de terras florestais, optando por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos;
- (ii) Mensuração de combinações de negócios: a Companhia optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos;
- (iii) Mensuração de planos de benefícios a empregados: a Companhia optou por não reconhecer os ganhos ou perdas anteriores a data de adoção dos novos pronunciamentos para os planos de benefício a empregados mantidos;
- (iv) Reconhecimento de diferenças acumuladas de conversão: a Companhia já registrava o ajuste de diferenças acumuladas de conversão sobre as demonstrações financeiras de controladas no exterior no resultado abrangente, portanto não adotou a referida isenção;
- (v) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: a Companhia não possui empreendimentos em conjunto e adotou para suas controladas os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição;
- (vi) Contabilização de pagamentos baseados em ações: a Companhia não possui operações de pagamentos baseados em ações na data de transição para os novos pronunciamentos;
- (vii) Contratos de concessão e contratos de seguros: a Companhia não possui contratos de concessão de serviços públicos, nem contratos de seguros que se enquadrem no escopo da isenção, na data de transição para os novos pronunciamentos;
- (viii) Ajuste de estimativas: com exceção da revisão da vida útil dos ativos imobilizados (nota explicativa 13) a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição para os novos pronunciamentos.

l) Conciliação dos efeitos dos saldos de 31 de dezembro de 2010 com a adoção dos novos pronunciamentos

A Companhia demonstra nos quadros abaixo uma reconciliação dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos sobre os saldos de resultado e patrimônio líquido consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparando os montantes que seriam apurados antes dos novos pronunciamentos com seus efeitos registrados:

<u>Patrimônio líquido:</u>	<u>31.12.2010</u>
Patrimônio líquido antes dos novos pronunciamentos - consolidado	<u>2.577.126</u>
Valor Justo dos Ativos biológicos	1.849.721
Custo atribuído ao imobilizado – terras	1.663.947
IR/CS diferido s/ os ajustes	(1.194.647)
IR/CS diferido s/ reserva de reavaliação	(26.481)
Reclassificação da participação de acionistas não controladores	160.417
Reavaliação vida útil do imobilizado - efeito no resultado	124.419
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	<u>2.577.376</u>
Patrimônio líquido com efeito dos novos pronunciamentos - consolidado	<u>5.154.502</u>
. Atribuído a participação dos acionistas controladores	<u>4.994.085</u>
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores	<u>160.417</u>
<u>Resultado:</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido antes dos novos pronunciamentos - consolidado	<u>383.695</u>
Variação valor justo dos ativos biológicos	448.625
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo ativos biológicos	(308.252)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	188.514
Realização de custo atribuído ao ativo imobilizado	(28.197)
IR/CS diferido s/ os ajustes	(102.233)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	<u>198.457</u>
Lucro líquido com efeito dos novos pronunciamentos - consolidado	<u>582.152</u>
. Atribuído a participação dos acionistas controladores	<u>559.776</u>
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores	<u>22.376</u>

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Caixa e bancos	7.117	9.784	9.804	39.880	12.356	104.586
Aplicações moeda nacional	2.261.028	1.686.796	1.069.095	2.361.210	1.749.387	1.129.547
Aplicações moeda estrangeira	671	698	1.000	130.015	79.909	61.044
	<u>2.268.816</u>	<u>1.697.278</u>	<u>1.079.899</u>	<u>2.531.105</u>	<u>1.841.652</u>	<u>1.295.177</u>

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual de remuneração de 10,00% (8,68% em 31 de dezembro de 2009), e as aplicações em moeda estrangeira correspondem a operações de *Time Deposit* firmados em dólar, com prazo de vencimento de até 90 dias e taxa média de remuneração anual de 0,05% (0,03% em 31 de dezembro de 2009).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) cuja remuneração é indexada à variação da SELIC. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desses títulos é de R\$ 198.222 (R\$ 209.874 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 407.521 em 01 de janeiro de 2009), os quais a Administração classificou como ativos financeiros disponíveis para venda. Seus vencimentos originais são entre dezembro de 2010 e de 2013. Entretanto esses títulos possuem um mercado ativo cujo valor justo é basicamente o valor do principal acrescido dos juros originalmente estabelecidos nesses títulos.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Clientes						
. Nacionais	584.443	524.934	386.495	584.539	525.000	386.533
. Estrangeiros	13.045	9.775	16.368	200.186	163.665	282.610
Total de clientes	597.488	534.709	402.863	784.725	688.665	669.143
PCLD	(30.689)	(27.283)	(17.869)	(30.764)	(27.537)	(18.231)
	566.799	507.426	384.994	753.961	661.128	650.912
Vencidos	55.987	52.939	42.118	80.823	52.939	42.118
% s/ Total da Carteira	9,37%	9,90%	10,45%	10,30%	7,69%	6,29%
04 a 10 dias	4.211	6.812	5.287	4.211	6.812	5.287
11 a 30 dias	8.992	9.240	10.425	19.596	9.240	10.425
31 a 60 dias	4.321	5.427	6.761	6.289	5.427	6.761
61 a 90 dias	5.368	3.874	3.171	14.642	3.874	3.171
+ de 90 dias	33.095	27.586	16.474	36.086	27.586	16.474
A Vencer	541.501	481.770	360.745	703.902	635.726	627.025
Total da Carteira	597.488	534.709	402.863	784.725	688.665	669.143

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 60 dias para as vendas realizadas no mercado interno e aproximadamente 120 dias para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação.

Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	(17.869)	(18.231)
Provisões do exercício	(9.707)	(9.707)
Reversões de créditos	293	401
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(27.283)	(27.537)
Provisões do exercício	(5.141)	(5.141)
Reversões de créditos	1.735	1.914
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(30.689)	(30.764)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente de duplicatas vencidas a mais de 90 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas / receitas operacionais – com vendas”.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

[illegible]

						Consolidado
				31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Monteiro	Klabin					
Aranha	Irmãos					
S.A.	& Cia.	BNDES	Outras	Total	Total	Total
(i)	(i), (ii)e(iv)	(iii)	(vii)			
Acionista	Acionista	Acionista				
Tipo Relação						
Saldos						
Ativo circulante	13.242			13.242	15.963	18.790
Ativo não circulante	1.220			1.220	1.727	2.125
Passivo circulante	359	1.752	326.742	328.853	311.900	189.666
Passivo não circulante		1.364.978		1.364.978	1.533.922	1.786.682

Transações

Despesa de juros s/ financiamento			137.378	137.378	151.249	
Comissão de aval - despesa		30.620		30.620	35.890	
Despesa de royalties	4.359	21.273		29.052	23.704	
Outras receitas				-	125	

(i) Licenciamento de uso de marca;

(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;

(iii) Captação de financiamentos nas condições usuais de mercado;

(iv) Outras

b) Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi deliberado na AGO realizada em 16 de abril de 2010 o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da diretoria fixada em até R\$ 23,7 milhões para o exercício de 2010. A remuneração aprovada para o exercício de 2009 correspondia a R\$ 22 milhões.

O quadro abaixo demonstra a remuneração do conselho de administração e da diretoria no período:

	Controladora e consolidado					
	Curto prazo		Longo prazo		Total dos benefícios	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009 (*)
Conselho de Administração/ diretoria	23.563	17.176	459	122	24.022	17.298

(*) Contempla ajuste de provisão sobre remuneração variável efetuada em 2008

A remuneração da Administração contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remunerações variáveis dos diretores. Os benefícios de longo prazo referem-se às contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência. Referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas / receitas operacionais - administrativas".

A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

9 ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Produtos acabados	104.425	154.962	158.045	137.900	185.043	172.009
Matérias-primas	120.304	104.354	111.604	129.450	111.133	123.903
Madeiras e toras	81.731	50.752	56.696	69.874	79.989	97.319
Combustíveis e lubrificantes	6.823	5.269	6.054	6.823	5.269	6.054
Material de manutenção	105.556	85.411	76.837	106.864	86.167	77.659
Provisão para perdas	(2.923)	(3.422)	(5.236)	(2.923)	(3.422)	(5.236)
Outros	11.315	5.764	6.983	12.140	6.436	7.182
	427.231	403.090	410.983	460.128	470.615	478.890

Os estoques em matérias primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas de papel para as unidades de conversão.

A despesa com a constituição da provisão para perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo dos produtos vendidos”. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o efeito líquido dos efeitos da provisão para perda com estoques foi de um estorno de R\$ 499 e R\$ 1.238 de provisão, respectivamente.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
ICMS	57.726	63.480	64.679	84.115	53.126	139.677
PIS	7.654	9.599	21.938	12.339	21.919	12.152
COFINS	34.707	53.949	101.682	65.968	104.872	51.891
Imposto de renda e contribuição social	17.149	-	93.439	-	131.285	-
Outros	8.738	4.593	9.011	2.251	10.911	2.794
Controladora	125.974	131.621	290.749	164.673	322.113	206.514
Controladas	5.128	-	3.519	-	4.856	-
Consolidado	131.102	131.621	294.268	164.673	326.969	206.514

Em virtude do plano de expansão (Projeto MA1100, realizado nos últimos anos), a Companhia durante aquele período de investimentos reteve os impostos e contribuições decorrentes das aquisições para o ativo imobilizado permitidos pela legislação vigente para compensação futura.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos de não realização desses créditos tributários.

O PIS/COFINS e o ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos 12 meses, conforme previsão da administração.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, os efeitos dos impostos diferidos ativos e passivos são:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Provisões fiscais, prev, trabalhistas e cíveis	34.730	47.167	37.546	34.730	47.167	37.546
Juros adesão REFIS (nota explicativa 17)	39.134	33.131	-	39.134	33.131	-
Baixa de ativo diferido (adoção do RTT)	22.436	26.197	30.167	22.436	26.197	30.167
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	20.270	213.717	90	20.369	215.947
Outras diferenças temporárias	21.868	22.669	30.402	21.869	22.669	30.402
Ativo não circulante	118.168	149.434	311.832	118.259	149.533	314.062
Variação cambial diferida (*)	53.549	11.450	-	53.549	11.450	-
Valor justo dos ativos biológicos	341.394	335.798	382.620	628.904	581.179	665.725
Reavaliação vida útil imobilizado (adoção RTT)	64.095	-	-	64.095	-	-
Custo atribuído ao ativo imobilizado	263.954	263.954	263.954	565.742	575.329	575.329
Reserva de reavaliação de ativos	26.481	26.847	27.544	26.481	26.847	27.544
Outras diferenças temporárias	13.604	418	2.292	15.123	2.241	2.292
Passivo não circulante	763.077	638.467	676.410	1.353.894	1.197.046	1.270.890
Saldo líquido no balanço (passivo)	644.909	489.033	364.578	1.235.635	1.047.513	956.828

(*) A Administração optou pelo critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações com base no regime de caixa, gerando diferenças temporárias de variação cambial, as quais serão tributadas em função da liquidação dos créditos e obrigações denominadas em moeda estrangeira.

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT) instruído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles adotados no exercício de 2008 (CPC 01 a CPC 14) e os novos pronunciamentos a partir de 01 de janeiro de 2009, descritos na nota explicativa 4.

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2010	
	Controladora	Consolidado
2011	49.874	49.874
2012	23.566	23.566
2013	32.948	32.948
2014 em diante	11.780	11.871
	118.168	118.259

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes quando da sua efetiva realização.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 17.

b) Conciliação da despesa de imposto no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Despesa de imposto corrente	(51.296)	(217.596)	(97.248)	(227.562)
Ajuste do exercício anterior	(3.297)	(16.644)	(3.297)	(16.644)
Corrente	(54.593)	(234.240)	(100.545)	(244.206)
Constituição e reversão de diferenças temporárias	(87.358)	(171.277)	(87.053)	(173.100)
Reavaliação vida útil imobilizado	(64.095)	-	(64.095)	-
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos (nota explicativa 14)	(5.595)	46.821	(47.724)	84.546
Reversão de custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	9.586	-
Diferido	(157.048)	(124.456)	(189.286)	(88.554)

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	771.417	527.482	871.983	504.501
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(262.282)	(179.344)	(296.474)	(171.530)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	49.874	20.341	-	-
Provisão de adesão REFIS (nota explicativa 17)	-	(234.240)	-	(234.240)
Ganho de indenização por desapropriação de terras		19.752		19.752
Outros efeitos	767	14.795	(15.084)	10.156
Diferença de tributação, empresas controladas	-	-	21.727	43.102
	(211.641)	(358.696)	(289.831)	(332.760)
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	(54.593)	(234.240)	(100.545)	(244.206)
. Diferido	(157.048)	(124.456)	(189.286)	(88.554)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(211.641)	(358.696)	(289.831)	(332.760)

12 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Klabin Ltd. (*)	Klabin Argentina S.A.	Centaurus Holdings S.A. (**)	Timber Holdings S.A.	Soc. em Conta de Participação "Paraná"	Soc. em Conta de Participação "Santa Catarina"	Outras	Total
Em 01 de janeiro de 2009	5.516	35.330	168.995	36.186	1.077.711	463.776	18.454	1.805.968
Aquisição de investimentos e integralização de capital em controladas								
Baixa			2.699				1.045	3.744
Distribuição de resultados					(664)			(664)
Incorporação ao imobilizado (*****)					(2.281)	(61.297)		(63.578)
Equivalência patrimonial	(971)	4.359	(***) 1.837	(195)	(***) 46.891	(***) 6.440	(14.491)	(14.491)
Variação cambial de investimento no exterior		(12.169)					1.467	59.828
Em 31 de dezembro de 2009	4.545	27.520	173.531	35.991	1.121.657	408.919	6.475	1.778.638
Aquisição de investimentos e integralização de capital em controladas			6.878					6.878
Distribuição de resultados					(91.164)	(47.004)		(138.168)
Equivalência patrimonial	16.007	6.012	(***) (23.836)	5	(***) 96.369	(***) 53.884	(1.753)	146.688
Variação cambial de investimento no exterior		(2.304)					30	(2.274)
Transferências				1			2.195	2.196
Em 31 de dezembro de 2010	20.552	31.228	156.573	35.997	1.126.862	415.799	6.947	1.793.958

Resumo das informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2010:

Ativo total	20.552	45.476	133.370	39.203	1.719.256	606.503
Passivo total	-	13.771	32.234	3.206	451.595	159.124
Patrimônio líquido	20.552	31.705	101.136	35.997	1.267.661	447.379
Resultado do exercício	16.699	6.012	(23.836)	5	116.403	54.479

(*) Controladora da Klabin Trade.

(**) Inclui valor de mais valia de ativos registrado nas aquisições de investimento da controlada.

(***) Inclui efeitos de variação e realização do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 14).

(*****) Incorporação da Renascença Participações S.A. substancialmente ao ativo imobilizado, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de novembro de 2009.

13 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31/12/2010		31/12/2009	1/1/2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Controladora				
Terrenos	970.496	-	970.496	954.714
Edifícios e construções	689.929	(259.533)	430.396	443.857
Máquinas, equipamentos e instalações	4.876.071	(2.698.003)	2.178.068	2.498.801
Obras e instalações em andamento	178.051	-	178.051	103.823
Outros (*)	342.097	(166.760)	175.337	124.963
	7.056.644	(3.124.296)	3.932.348	4.174.160
Consolidado				
Terrenos	2.030.194	-	2.030.194	2.051.548
Edifícios e construções	697.943	(261.902)	436.041	453.069
Máquinas, equipamentos e instalações	4.895.304	(2.711.311)	2.183.993	2.265.898
Obras e instalações em andamento	178.052	-	178.052	103.913
Outros (*)	343.788	(168.045)	175.743	122.464
	8.145.281	(3.141.258)	5.004.023	4.996.892

(*) Saldo correspondente a classes de imobilizado como veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram na nota explicativa 15, assim como a informação acerca da cobertura de seguros dos bens patrimoniais se encontram na nota explicativa 25.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 01 de janeiro de 2009	954.714	443.857	2.498.801	141.870	134.918	4.174.160
Adições	-	9.767	-	107.189	37.526	154.482
Baixas	(3.612)	(325)	(802)	(2.706)	(2.198)	(9.643)
Depreciação	-	(26.677)	(368.933)	-	(17.983)	(413.593)
Transferências Internas	4.336	26.398	139.998	(139.683)	(31.049)	-
Outros	15.027	(6.229)	(9.776)	(2.847)	3.749	(76)
Saldo 31 de dezembro de 2009	970.465	446.791	2.259.288	103.823	124.963	3.905.330
Adições	-	1.094	3	183.852	73.782	258.731
Baixas	-	(93)	(2.446)	-	(181)	(2.720)
Depreciação	-	(19.345)	(183.807)	-	(16.091)	(219.243)
Transferências Internas	31	1.937	106.713	(105.112)	(3.569)	-
Outros	-	12	(1.683)	(4.512)	(3.567)	(9.750)
Saldo 31 de dezembro de 2010	970.496	430.396	2.178.068	178.051	175.337	3.932.348

	Consolidado					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 01 de janeiro de 2009	2.049.769	452.939	2.509.359	141.911	132.499	5.286.477
Adições	2.712	9.858	372	107.189	37.215	157.346
Baixas	(3.805)	(326)	(802)	(2.706)	(2.011)	(9.650)
Depreciação	-	(26.844)	(369.895)	-	(18.299)	(415.038)
Transferências Internas	4.336	26.386	139.907	(139.683)	(30.946)	-
Outros	(1.455)	(8.944)	(13.043)	(2.798)	3.997	(22.243)
Saldo 31 de dezembro de 2009	2.051.557	453.069	2.265.898	103.913	122.455	4.996.892
Adições	6.929	1.103	793	183.852	73.812	266.489
Baixas	-	(93)	(2.478)	-	(181)	(2.752)
Depreciação	-	(19.536)	(184.736)	-	(16.278)	(220.550)
Reversão de custo atribuído ao ativo imobilizado	(28.197)	-	-	-	-	(28.197)
Transferências Internas	(37)	1.937	106.713	(105.112)	(3.501)	-
Outros	(58)	(439)	(2.197)	(4.601)	(564)	(7.859)
Saldo 31 de dezembro de 2010	2.030.194	436.041	2.183.993	178.052	175.743	5.004.023

A depreciação do período foi substancialmente apropriada ao custo de produção do período.

c) Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edifícios e construções, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias para o exercício de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi efetuada com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa 2009 - %	Taxa reavaliada 2010 - %
Edifícios e construções	4	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 20 (*)	2,86 a 10 (*)
Outros	4 a 20	4 a 20

(*) Taxa predominante de 10% em 2009 e 6% em 2010.

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação deve ser tratada como uma mudança de estimativa com seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva, não havendo a necessidade de retroagir os efeitos da depreciação com as taxas revisadas.

A Administração estima que caso as taxas de depreciação revisadas estivessem vigentes durante o exercício de 2009, seu efeito seria de uma redução na depreciação de aproximadamente R\$ 180 milhões comparativa a despesa de depreciação efetivamente registrada com a utilização das taxas aplicáveis naquele exercício.

Ao final do exercício de 2010, a Administração efetuou uma nova revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, porém, não foram apurados ajustes nas taxas utilizadas.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) sistema de evaporação, estocagem e reforma do turbo gerador na unidade de Monte Alegre, (ii) de atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de conversão, (iii) caldeira biomassa e reforma do turbo gerador na unidade de Otacílio Costa (iv) de investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

e) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$ 776.335 ao custo de R\$ 165.169 registrado no ativo imobilizado no balanço controladora e um aditivo de R\$ 1.692.144 ao custo de R\$ 261.732 registrado no balanço consolidado. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

f) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com base em suas análises do valor em uso pelos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

14 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui 213 mil hectares (214 mil hectares em 31 de dezembro de 2009) de florestas plantadas (informação não auditada pelos auditores independentes), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Custo de formação dos ativos biológicos	390.837	339.116	302.967	913.159	821.387	751.236
Valor justo dos ativos biológicos	1.004.101	987.641	1.125.353	1.849.720	1.669.782	1.916.218
Ativo não circulante	1.394.938	1.326.757	1.428.320	2.762.879	2.491.169	2.667.454

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

As informações acerca dos ativos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram descritos na nota explicativa 15, assim como as informações acerca do seguro dos ativos biológicos e riscos financeiros das operações florestais se encontram descritos na nota explicativa 25.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia, o qual é revisado periodicamente pela Administração;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações dos períodos são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	1.428.320	2.667.454
Plantio	46.833	91.929
Exaustão	(149.390)	(332.791)
Varição de valor justo por:		
. Preço	(100.327)	(152.336)
. Crescimento	101.321	216.913
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.326.757	2.491.169
Plantio	65.084	119.108
Transferências	3.134	41.077
Exaustão	(220.647)	(337.100)
Varição de valor justo por:		
. Preço	45.499	75.455
. Crescimento	175.111	373.170
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.394.938	2.762.879

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Durante o exercício de 2009, dentre os fatores que levaram a uma redução no saldo dos ativos biológicos, destaca-se a queda no preço de eucalipto e pinus no mercado equivalente a 7%, além de uma redução de 5% de áreas plantadas.

Com a retomada da atividade econômica no exercício de 2010, os volumes totais de madeira que incluem a transferência para as fábricas de papel e venda para terceiros, cresceram 25% em relação ao ano anterior e os preços médios apresentaram recuperação gerando um efeito positivo na avaliação do valor justo das florestas.

Adicionalmente, houve um aumento no volume de florestas que passaram a ser reconhecidas pelo valor justo de acordo com as premissas definidas pela Companhia, a qual determina a avaliação a valor justo das florestas de eucalipto e pinus, a partir do terceiro ano e do quinto ano, respectivamente.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	Juros anuais %	31/12/2010		
		Circulante	Não Circulante	Total
Na Controladora:				
<u>Em moeda nacional</u>				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0 e cesta(*) + 1,5	254.711	1.069.519	1.324.230
. BNDES - Outros	TJLP + 0,0 a 4,5	72.031	295.459	367.490
. Crédito exportação	96,6 a 97,0 do CDI	150.452	-	150.452
. Capital de giro	CDI + 0,6	17.432	83.333	100.765
. Outros	1,0 a 8,7	1.140	57.656	58.796
		495.766	1.505.967	2.001.733
<u>Em moeda estrangeira (**)</u>				
. Ativo imobilizado	USD + 6,5	3.933	37.474	41.407
. Pré pagamentos exportação	USD + 1,1 a 5,9	256.850	1.990.554	2.247.404
. Notas de crédito à exportação	USD + 7,5 a 8,1	48.666	480.981	529.647
		309.449	2.509.009	2.818.458
		805.215	4.014.976	4.820.191
Nas Controladas:				
Cambiais descontadas	USD + 1,0 a 1,5	26.278	-	26.278
Outros	7,2	10.628	-	10.628
Total Consolidado		842.121	4.014.976	4.857.097

	Juros anuais %	31/12/2009		
		Circulante	Não Circulante	Total
Na Controladora:				
<u>Em moeda nacional</u>				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0 e cesta (*) + 1,5	255.469	1.319.534	1.575.003
. BNDES - Outros	TJLP + 2,2 a 4,5	54.479	214.388	268.867
. Crédito exportação	96,6 a 97,0 do CDI	180.690	-	180.690
. Capital de giro	CDI + 0,6	597	100.000	100.597
. Outros	1,0 a 8,7	1.001	48.476	49.477
		492.236	1.682.398	2.174.634
<u>Em moeda estrangeira (**)</u>				
. Ativo imobilizado	USD + 6,5	1.654	22.169	23.823
. Pré pagamentos exportação	USD + 1,2 a 6,5	155.545	1.674.599	1.830.144
. Notas de crédito à exportação	USD + 7,5 a 8,1	34.038	535.588	569.626
		191.237	2.232.356	2.423.593
		683.473	3.914.754	4.598.227
Nas Controladas:				
Cambiais descontadas	USD + 1,0 a 1,5	107.514	-	107.514
Outros	7,2	11.325	10.883	22.208
Total Consolidado		802.312	3.925.637	4.727.949

		Juros anuais %	1/1/2009		
			Não		
Na Controladora:			Circulante	Circulante	Total
<u>Em moeda nacional</u>					
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0	133.828	1.612.384	1.746.212	
. BNDES - Outros	TJLP + 4,5	54.280	174.298	228.578	
. Crédito exportação	96,0 a 103,0 do CDI	172.985	165.039	338.024	
. Capital de giro	CDI + 0,5	34.210	100.000	134.210	
. Outros	1,0 a 8,7	890	39.877	40.767	
		396.193	2.091.598	2.487.791	
<u>Em moeda estrangeira (**)</u>					
. Ativo imobilizado	USD + 6,8	2.190	8.274	10.464	
. Pré pagamentos exportação	USD + 2,2 a 6,6	45.829	2.097.587	2.143.416	
. Notas de crédito à exportação	USD + 7,3 a 8,1	19.561	744.964	764.525	
		67.580	2.850.825	2.918.405	
		463.773	4.942.423	5.406.196	
Nas Controladas:					
Cambiais descontadas	USD + 1,0 a 1,5	17.832	-	17.832	
Outros	7,2	15.489	29.214	44.703	
Total Consolidado		497.094	4.971.637	5.468.731	

(*) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos

(**) Em dólares norte-americanos

BNDES

A Companhia possui contratos com o BNDES que teve por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como o MA 1100, com liquidação prevista até janeiro de 2017. A amortização do mesmo está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação

As operações de pré pagamentos e notas de crédito a exportação foram captadas em bancos de grande porte, com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista até julho de 2019.

Cambiais descontadas

Referem-se a títulos de exportações já realizadas, com seguro contratado, descontados com instituições financeiras, a serem liquidadas, mediante realização das contas a receber vinculado ao desconto.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2010, classificados no passivo não circulante, é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Valor	788.609	845.309	715.481	684.322	309.842	167.308	208.996	204.225	90.884	4.014.976

c) Movimentação sumária dos financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.406.196	5.468.731
Captações	403.764	493.446
Provisão de Juros	289.319	291.462
Variação cambial	(790.035)	(799.359)
Amortizações e pagamento de juros	(711.017)	(726.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.598.227	4.727.949
Captações	1.016.656	1.042.934
Provisão de Juros	251.240	252.410
Variação cambial e monetária	(143.467)	(143.958)
Amortizações e pagamento de juros	(902.465)	(1.022.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.820.191	4.857.097

d) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto – SC e Monte Alegre – PR, com valor contábil líquido de depreciação equivalente a R\$ 2.091.353 em 31 de dezembro de 2010, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras, que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas ou torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

f) Limites de crédito

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui junto ao BNDES um limite operacional não utilizado de R\$ 724 milhões (R\$ 512 milhões em 31 de dezembro de 2009) para utilização, mediante apresentação de projeto de investimento para utilização do capital.

16 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em aberto pela Companhia, é disposto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Moeda nacional	246.110	178.290	186.374	247.928	178.858	189.940
Moeda estrangeira	19.027	7.130	21.773	21.911	10.838	25.606
	265.137	185.420	208.147	269.839	189.696	215.546

A Companhia trabalha com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 45 dias.

17 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

				31/12/2010
				Depósitos
				Judiciais
				sem vínculo
Na controladora:	Montante	Depósitos	Passivo	
	Provisionado	Judiciais	Líquido	
		Vinculados		
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	(13.466)	13.466	-	22.676
. CPMF	(8.646)	8.646	-	-
. IR/CS	(16.357)	9.480	(6.877)	-
. OUTRAS	(1.508)	1.508	-	19.025
	(39.977)	33.100	(6.877)	41.701
Trabalhistas	(55.996)	14.587	(41.409)	-
Cíveis	(6.174)	-	(6.174)	-
	(102.147)	47.687	(54.460)	41.701
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.310
Consolidado	(102.147)	47.687	(54.460)	43.011

				31/12/2009
				Depósitos
				Judiciais
				sem vínculo
Na controladora:	Montante	Depósitos	Passivo	
	Provisionado	Judiciais	Líquido	
		Vinculados		
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	(12.695)	12.695	-	21.138
. CPMF	(8.646)	8.646	-	-
. IR/CS	(16.356)	9.528	(6.828)	-
. OUTRAS	(1.929)	1.929	-	14.881
	(39.626)	32.798	(6.828)	36.019
Trabalhistas	(90.078)	11.895	(78.183)	-
Cíveis	(9.021)	-	(9.021)	-
	(138.725)	44.693	(94.032)	36.019
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.220
Consolidado	(138.725)	44.693	(94.032)	37.239

				1/1/2009
Na controladora:	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais
		Vinculados		sem vínculo
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	(12.120)	12.120	-	68.021
. CPMF	(8.646)	8.646	-	-
. IR/CS	(12.674)	9.528	(3.146)	-
. OUTRAS	(12.554)	6.137	(6.417)	10.577
	(45.994)	36.431	(9.563)	78.598
Trabalhistas	(58.104)	9.805	(48.299)	-
Cíveis	(6.331)	-	(6.331)	-
	(110.429)	46.236	(64.193)	78.598
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.195
Consolidado	(110.429)	46.236	(64.193)	79.793

Em 31 de dezembro de 2010, os riscos provisionados da Companhia correspondem a processos de natureza tributária principalmente de questionamentos acerca de tributação de PIS/COFINS sobre venda de ações e imposto de renda e contribuição social sobre correções monetárias da Lei 8.200/91, processos de natureza trabalhista, consistentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária, além de ações de natureza cível, concentrados, em sua maioria, de ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Controladora e consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição Líquida
Saldo em 01 de janeiro de 2009	(9.365)	(48.497)	(6.331)	(64.193)
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	(1.545)	(*) (29.686)	(2.690)	(33.921)
(Provisões)/reversões	4.082			4.082
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(6.828)	(78.183)	(9.021)	(94.032)
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	440	1.647	(312)	1.775
(Provisões)/reversões	(489)	35.127	3.159	37.797
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(6.877)	(41.409)	(6.174)	(54.460)

(*) Decorrente substancialmente por atualização dos processos e acordo com representantes das empresas, ainda em fase de homologação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a principal variação no saldo de riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas refere-se a reversão por perda de processo judicial trabalhista envolvendo requerimento de direitos, com a constituição de contas a pagar sobre a referida causa, no montante de R\$ 28.107.

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

A Companhia e suas controladas possuem outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda avaliados como “possíveis” que são aproximadamente: tributários R\$ 455.310 (não considerando a autuação do imposto de renda descrita a seguir); trabalhistas R\$ 58.022; e cíveis R\$ 29.305. Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos, cujos prognósticos de perda são avaliados como “possíveis”, não necessitam provisionamento.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados em suas demonstrações financeiras seguindo o princípio contábil da prudência, sendo adotada a prática contábil de reconhecimento dos ativos somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como “possíveis” e “prováveis” de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento da Companhia visando a correção monetária integral e juros sobre diferenças de correção nos empréstimos compulsórios junto a Eletrobrás, requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo e compensação dos créditos de IPI pagos relativos as exportações realizadas na vigência do programa de compensação tributária BEFIEX do Governo Federal.

e) Autuação de imposto de renda e contribuição social / Adesão ao REFIS

A Companhia sofreu um Auto de Infração em 27 de julho de 2007 de imposto de renda e contribuição social relacionado aos desinvestimentos realizados pela Companhia no exercício de 2003. Esse Auto de Infração, incluindo principal, multa e juros, a valores atualizados em 31 de dezembro de 2009 representaria aproximadamente R\$ 1.069 milhões, o qual não estava registrado como provisão para riscos fiscais em função dos prognósticos de perda considerados anteriormente.

Dentro do prazo legal, facultado pela lei 11.941/09, a Companhia efetuou a adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (REFIS) e, conforme Fato Relevante divulgado em 18 de fevereiro de 2010 incluiu parte do Auto de Infração acima citado. O valor incluído no programa REFIS, em 31 de dezembro de 2009, era de aproximadamente R\$ 862 milhões que, após a aplicação das regras do referido programa, foi reduzido para aproximadamente R\$ 332 milhões, que foi provisionado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e que em 31 de dezembro de 2010, com a devida atualização monetária reconhecida no resultado, representa R\$ 349 milhões.

f) Compromissos

A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, dividido em 917.683.296 ações, sem valor nominal, correspondente a R\$ 1.500.000 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é assim distribuído:

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2010</u>		<u>31/12/2009</u>	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>
BNDESPAR	-	108.421.640	-	185.859.840
The Bank of New York Department	-	58.217.715	-	57.218.235
Monteiro Aranha S/A	63.458.605	27.832.549	63.458.605	29.788.770
Klabin Irmãos & Cia	163.797.753	-	163.797.753	-
Niblak Participações S/A	24.699.654	-	24.699.654	-
Outros	64.871.551	379.187.029	64.871.551	311.080.988
Ações em tesouraria	-	27.196.800	-	16.907.900
	316.827.563	600.855.733	316.827.563	600.855.733

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia, e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Conforme Comunicados ao Mercado emitidos pela Companhia nos dias 13 de setembro e 3 de dezembro de 2010, durante o exercício de 2010, o BNDESPAR colocou a venda no mercado um montante de 77.438.200 ações preferenciais, reduzindo sua participação nas ações da Companhia de 31% em 31 de dezembro de 2009 para 18% em 31 de dezembro de 2010.

b) Ações em tesouraria

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2010, foi aprovado o plano de recompra pelo prazo de 365 dias de até 45.278.818 ações preferenciais (correspondente a 10% das ações desta classe em circulação no mercado na data em questão) de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Com base no plano de recompra de ações supra citado, durante os meses de outubro e novembro de 2010, a Companhia efetuou a recompra de 10.288.900 ações preferenciais de sua própria emissão, com preço médio de R\$ 4,72 por ação e valor total de recompra equivalente a R\$ 48.543, elevando de 16.907.900 para 27.196.800 ações preferenciais o número de ações mantidas em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento. Essas ações mantidas em tesouraria tiveram o objetivo de aplicar disponibilidades existentes. O preço dessa classe de ações (PN) em 31 de dezembro de 2010 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 5,85 por ação.

c) Reservas

Reserva de capital

Reserva de capital constituída com base no disposto da Lei 8.200/91 referente aos efeitos da variação da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, podendo ser utilizada para recompra de ações e incorporação ao capital social.

Reserva de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembléia de acionistas.

(ii) Reserva estatutária

Constituída por parcela variável do lucro líquido ajustado na forma da lei e entre 5% a 75% do lucro líquido conforme estatuto da Companhia com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo imobilizado e reforço de capital de giro.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos a Companhia optou por constituir uma reserva de lucros a realizar, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo (vide nota explicativa 14) apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, a qual é concebida com a exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido. O saldo é deduzido do imposto de renda e da contribuição social aplicável.

(iv) Reserva de dividendos propostos

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante aprovação em Assembléia Geral Ordinária quanto a sua distribuição.

Reservas de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, o saldo refere-se à reavaliação de ativos imobilizados procedida em 1988, realizada mediante a depreciação ou alienação desses ativos reavaliados. O saldo é deduzido do imposto de renda e da contribuição social aplicável.

d) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

Também é previsto no estatuto social, a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o de exercício de forma antecipada.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. A distribuição dos resultados do exercício de 2010 está disposta da seguinte forma:

	Controladora
(=) Lucro líquido do exercício	559.776
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(27.989)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	(296.093)
(+) Realização de reserva de reavaliação	713
(+) Realização de reserva de lucros a realizar	203.451
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	18.610
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	458.468
<u>Dividendos Intermediários do exercício de 2010</u>	
Julho (pagos em 20 de julho de 2010)	
. R\$ 52,13 por lote de mil ações ordinárias	16.515
. R\$ 57,34 por lote de mil ações preferenciais	33.485
Setembro (pagos em 08 de outubro de 2010)	
. R\$ 72,98 por lote de mil ações ordinárias	23.122
. R\$ 80,28 por lote de mil ações preferenciais	46.879
	<u>120.001</u>
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2010 para aprovação na AGO</u>	
. R\$ 72,98 por lote de mil ações ordinárias	23.398
. R\$ 80,28 por lote de mil ações preferenciais	46.604
	<u>70.002</u>
<u>Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado exercício de 2010 (42 % do lucro)</u>	<u>190.003</u>

A Administração da Companhia propõe para aprovação na Assembléia Geral Ordinária referente ao exercício de 2010 a distribuição de dividendos complementares do exercício, no montante de R\$ 70.002, sendo R\$ 73,85 por lote de mil ações ordinárias nominativas – ON, e R\$ 81,24 por lote de mil ações preferenciais nominativas – PN, a serem pagos em até 30 dias após sua aprovação em assembléia

O lucro remanescente do exercício não distribuído sob a forma de dividendos é destinado à constituição de reservas estatutárias, de capital de giro e investimento, conforme proposta de destinação do resultado, a ser apresentada em Assembléia Geral Ordinária.

Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia distribuiu sobre a forma de dividendos o equivalente a R\$ 180.037 do resultado auferido da seguinte forma:

<u>Dividendos Intermediários do exercício de 2009</u>	
Maio (pagos em 26 de maio de 2009)	
. R\$ 34,20 por lote de mil ações ordinárias	10.836
. R\$ 37,62 por lote de mil ações preferenciais	21.968
Agosto (pagos em 31 de agosto de 2009)	
. R\$ 48,80 por lote de mil ações ordinárias	15.461
. R\$ 53,68 por lote de mil ações preferenciais	31.347
Outubro (pagos em 16 de novembro de 2009)	
. R\$ 45,27 por lote de mil ações ordinárias	14.342
. R\$ 49,80 por lote de mil ações preferenciais	29.081
	<u>123.035</u>
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2009 para aprovação na AGO</u>	
. R\$ 59,43 por lote de mil ações ordinárias	18.829
. R\$ 65,37 por lote de mil ações preferenciais	38.173
	<u>57.002</u>

A proposta de dividendos complementares do exercício de 2009 de R\$ 57.002 foi aprovada na AGO de 16 de abril de 2010 e paga aos acionistas em 30 de abril de 2010.

19 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS

A receita líquida da Companhia possui somente vendas de seus produtos, sendo composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita bruta de vendas de produtos	4.317.012	3.480.777	4.431.465	3.590.924
Descontos e abatimentos	(18.397)	(22.280)	(20.564)	(27.592)
Impostos incidentes sobre vendas	(731.679)	(590.222)	(747.584)	(603.153)
	3.566.936	2.868.275	3.663.317	2.960.179
. Mercado interno	2.840.423	2.249.730	2.850.297	2.247.450
. Mercado externo	726.513	618.545	813.020	712.729
Receita líquida de vendas	3.566.936	2.868.275	3.663.317	2.960.179

20 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	(1.523.436)	(1.265.963)	(1.395.740)	(1.136.451)
Gastos com pessoal (*)	(508.211)	(419.588)	(518.334)	(425.069)
Depreciação, amortização e exaustão	(450.251)	(571.827)	(556.181)	(719.496)
Fretes	(144.677)	(113.790)	(178.480)	(173.766)
Contratação de serviços	(234.898)	(183.559)	(235.116)	(184.162)
Outras	(351.628)	(306.200)	(372.281)	(336.280)
	(3.213.101)	(2.860.927)	(3.256.132)	(2.975.224)
<u>Outras líquidas</u>				
Indenização por desapropriação de terras, líquida (**)	-	54.500	-	54.500
Provisão para contingências e outras	10.660	(41.548)	10.660	(41.548)
Atualização do passivo atuarial	(8.205)	(3)	(8.205)	(3)
Realização de custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(28.197)	-
Outras	1.326	2.471	(8.679)	(2.179)
	3.781	15.420	(34.421)	10.770
Despesa operacional	(3.209.320)	(2.845.507)	(3.290.553)	(2.964.454)

(*) Contempla uma despesa de R\$ 4.010 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 2.547 em 31 de dezembro de 2009 referente a gastos com treinamento de pessoal da Companhia.

(**) Indenização recebida por desapropriação de área no estado do Paraná devido à construção de usina hidroelétrica.

21 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<u>Receitas financeiras</u>				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	208.762	147.425	215.949	154.411
. Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	-	1.016	-	1.016
. Outras	18.153	15.119	18.162	15.208
. Variação cambial de ativos	(20.915)	(86.573)	(20.949)	(86.595)
	206.000	76.987	213.162	84.040
<u>Despesas financeiras</u>				
. Juros financiamentos	(251.420)	(289.319)	(252.410)	(291.462)
. Avaís	(30.620)	(35.890)	(30.620)	(35.890)
. Outras	(18.654)	(59.712)	(20.735)	(62.839)
. Variação cambial de passivos	141.197	751.826	141.197	750.350
	(159.497)	366.905	(162.568)	360.159
Resultado financeiro	46.503	443.892	50.594	444.199

22 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Conforme mencionado na nota explicativa 18, a Companhia efetuou durante os meses de outubro e novembro de 2010 a recompra de 10.288.900 ações preferenciais de sua própria emissão, sendo 6.366.500 em outubro e 3.922.400 em novembro, elevando o número de ações mantido em tesouraria para 27.196.800, ante as 16.907.900 mantidas anteriormente.

Essa operação afeta a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo de 2010, sendo esta média ponderada calculada da seguinte forma:

Quantidade de Ações em Tesouraria 2010			Média ponderada de
<u>Jan a Set</u>	<u>Out</u>	<u>Nov e Dez</u>	<u>ações PN em Tesouraria</u>
			<u>2010</u>
16.907.900 x 9/12 +	23.274.400 x 1/12 +	27.196.800 x 2/12	= 19.153.258

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aos montantes utilizados no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

Controladora e consolidado			
31/12/2010			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(19.153.258)	(19.153.258)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	581.702.475	898.530.038
	316.827.563	581.702.475	898.530.038
% de ações em relação ao total	33,12%	66,88%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	185.397.811	374.378.189	559.776.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	581.702.475	898.530.038
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,5852	0,6436	

Controladora e consolidado			
31/12/2009			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade ações em tesouraria ponderada	-	(16.907.900)	(16.907.900)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	583.947.833	900.775.396
	316.827.563	583.947.833	900.775.396
% de ações em relação ao total	33,03%	66,97%	100%
<u>Numerador</u>			
Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	55.750.016	113.035.984	168.786.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	583.947.833	900.775.396
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,1760	0,1936	

(*) As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

23 SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela administração são demonstrados abaixo:

(i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.

(ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado, nos mercados interno e externo.

(iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	31/12/2010				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	273.310	1.030.650	1.545.780	557	2.850.297
.Mercado externo	-	720.162	92.858	-	813.020
Receita de vendas para terceiros	273.310	1.750.812	1.638.638	557	3.663.317
Receitas entre segmentos	433.789	855.209	10.377	(1.299.375)	-
Vendas líquidas totais	707.099	2.606.021	1.649.015	(1.298.818)	3.663.317
Variação valor justo ativos biológicos	448.625	-	-	-	448.625
Custo dos produtos vendidos	(753.524)	(1.966.806)	(1.311.184)	1.290.411	(2.741.103)
Lucro bruto	402.200	639.215	337.831	(8.407)	1.370.839
Despesas/ receitas operacionais	(81.828)	(262.762)	(178.967)	(25.893)	(549.450)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	320.372	376.453	158.864	(34.300)	821.389
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	-	537.401	623.907	-	1.161.308
.Mercado externo	-	522.254	32.022	-	554.276
.Entre segmentos	-	713.359	2.549	(715.908)	-
	-	1.773.014	658.478	(715.908)	1.715.584
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	3.113.132	-	-	-	3.113.132
.Entre segmentos	6.828.064	-	-	(6.828.064)	-
	9.941.196	-	-	(6.828.064)	3.113.132
Investimentos no exercício	129.516	179.783	67.825	8.473	385.597
Ativo total	5.243.263	3.823.136	807.530	2.387.314	12.261.243
Passivo total	1.490.704	617.824	129.484	4.868.729	7.106.741
Patrimônio líquido	3.752.559	3.205.312	678.046	(2.481.415)	5.154.502

	Consolidado				31/12/2009
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	168.241	794.993	1.283.767	449	2.247.450
.Mercado externo	-	609.167	103.562	-	712.729
Receita de vendas para terceiros	168.241	1.404.160	1.387.329	449	2.960.179
Receitas entre segmentos	378.703	722.654	8.132	(1.109.489)	-
Vendas líquidas totais	546.944	2.126.814	1.395.461	(1.109.040)	2.960.179
Variação valor justo ativos biológicos	64.577	-	-	-	64.577
Custo dos produtos vendidos	(645.965)	(1.797.057)	(1.151.039)	1.095.790	(2.498.271)
Lucro bruto	(34.444)	329.757	244.422	(13.250)	526.485
Despesas/ receitas operacionais	13.419	(315.579)	(167.085)	3.062	(466.183)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(21.025)	14.178	77.337	(10.188)	60.302
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	-	432.316	556.120	-	988.436
.Mercado externo	-	519.480	35.866	-	555.346
.Entre segmentos	-	634.895	1.735	(636.630)	-
	-	1.586.691	593.721	(636.630)	1.543.782
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	1.891.578	-	-	-	1.891.578
.Entre segmentos	6.042.839	-	-	(6.042.839)	-
	7.934.417	-	-	(6.042.839)	1.891.578
Investimentos no exercício	97.556	123.732	25.959	2.028	249.275
Ativo total	5.057.281	3.682.850	724.088	1.937.681	11.401.900
Passivo total	1.346.001	458.515	123.846	4.754.714	6.683.076
Patrimônio líquido	3.711.280	3.224.335	600.242	(2.817.033)	4.718.824

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas da Companhia provenientes dos clientes no mercado externo, em seu balanço consolidado de 31 de dezembro de 2010, correspondem a R\$ 813 milhões (R\$712 milhões em 2009). A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida de cliente dos referidos exercícios nos países estrangeiros:

País	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2010		31/12/2009	
	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Argentina	262	7,2%	204	6,9%
China	84	2,3%	51	1,7%
Cingapura	27	0,7%	35	1,2%
Espanha	9	0,2%	16	0,6%
Nigéria	3	0,1%	19	0,6%
Alemanha	1	0,0%	30	1,0%
Itália	1	0,0%	34	1,1%
Estados Unidos da América	1	0,0%	32	1,1%
Outros pulverizados	425	11,6%	292	9,9%
	813	22%	713	24%

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado brasileiro no balanço consolidado em 2010 corresponde a R\$ 2.850 milhões e R\$2.248 milhões em 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, no segmento de papéis, um único cliente de cartões é responsável por aproximadamente 21% da receita líquida da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$773 milhões (R\$ 601 milhões em 31 de dezembro de 2009). O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita operacional bruta da Companhia.

24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Conta corrente e aplicações financeiras	162.000	82.400	154.700
Contas a receber, líquido de PCLD	184.800	54.200	236.500
Contas a pagar	(19.000)	(7.100)	(16.500)
Pré-pagamentos de exportações (financiamentos)	(2.829.086)	(2.445.801)	(2.963.000)
Exposição líquida	(2.501.286)	(2.316.301)	(2.588.300)

O saldo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2010 dessa exposição líquida estão divididos da seguinte maneira:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Valor	7.724	(449.926)	(530.851)	(404.628)	(329.705)	(226.795)	(132.835)	(434.270)	(2.501.286)

A Companhia não tem contratado derivativos para proteger a exposição cambial de longo prazo, entretanto, para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia possui plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente US\$ 500 milhões anuais e seus recebimentos, se forem concretizados, superam o fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa desta exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos indexados pela variação da TJLP e do CDI, e aplicações financeiras indexados à variação do CDI e Selic, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/“swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Aplicações financeiras - CDI	2.361.210	1.749.387	1.129.549
Aplicações financeiras - Selic	198.222	209.874	407.521
Exposição ativa	2.559.432	1.959.261	1.537.070
Financiamentos - CDI	(251.217)	(281.287)	(472.234)
Financiamentos - TJLP	(1.691.720)	(1.843.870)	(1.974.790)
Exposição passiva	(1.942.937)	(2.125.157)	(2.447.024)

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 7. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 5 e 6.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de *rating* pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2010:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Fornecedores	269.839	-	-	-	-	-	-	269.839
Financiamentos	1.000.008	947.041	973.982	811.627	748.344	341.349	734.395	5.556.746
Total	1.269.847	947.041	973.982	811.627	748.344	341.349	734.395	5.826.585

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso este seja concretizado.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota explicativa 5 e 6), e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.729.327	2.051.526	1.702.698
Empréstimos e financiamentos	(4.857.097)	(4.727.949)	(5.468.731)
Endividamento líquido	(2.127.770)	(2.676.423)	(3.766.033)
Patrimônio líquido	5.154.502	4.718.824	4.656.551
Índice de endividamento líquido	(0,41)	(0,57)	(0,81)

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e também os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Até 31 de dezembro de 2008, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos simples e sem alavancagem para gerenciamento de riscos financeiros de câmbio de curto prazo (NDF). Referidas operações foram liquidadas no primeiro trimestre de 2009 e geraram um ganho financeiro realizado no montante de R\$1.016. A partir de 2009 a Companhia não contratou novos instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (nota explicativa 6) como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo do custo amortizado, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia. O saldo desses títulos em 31 de dezembro de 2010 no balanço consolidado corresponde a R\$ 198.222.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros que a Companhia está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2010.

(i) Exposição a câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2010 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos, conforme cronograma de vencimento demonstrado na nota 15, não ocorrerão, substancialmente, em 2010, sendo assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente desta análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia, deverão ter o impacto da valorização cambial já durante o ano.

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, como mencionado anteriormente, fará frente a eventual perda cambial futura.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Saldo 31/12/2010	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	97.227	1,71	4.259	2,14	46.066	2,57	87.874
Contas a receber, líquido de PCLD	110.911	1,71	4.858	2,14	52.550	2,57	100.241
Passivos							
Contas a pagar	11.403	1,71	(499)	2,14	(5.403)	2,57	(10.306)
Financiamentos	1.697.927	1,71	(74.369)	2,14	(804.478)	2,57	(1.534.586)
Efeito líquido no Resultado			(65.751)		(711.265)		(1.356.777)

(ii) Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os financiamentos são atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, exceto aqueles atrelados à TJLP. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação original das referidas demonstrações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro:

		Saldo 31/12/2010	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		R\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	2.361.210	12,22%	288.540	15,28%	360.793	18,33%	432.810
LFT's	Selic	198.222	12,22%	24.223	15,28%	30.288	18,33%	36.334
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	150.452	12,22%	(18.385)	15,28%	(22.989)	18,33%	(27.578)
BNDES	TJLP	100.765	12,22%	(12.313)	15,28%	(15.397)	18,33%	(18.470)
		1.691.720	6,00%	(101.503)	7,50%	(126.879)	9,00%	(152.255)
Efeito líquido no Resultado				180.562		225.816		270.841

25 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui seguros contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, e vendaval para as suas instalações industriais, administrativas e estoque. Possui ainda seguros com coberturas para responsabilidade civil geral, e responsabilidade de D&O, auto e riscos diversos para equipamentos móveis, no montante de R\$ 1.769.240.

Em função da natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta a Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros contra danos causados às mesmas, optando pela adoção de políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da companhia. Desta forma, a Administração entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos financeiros relacionados as atividades florestais é adequada para a continuidade operacional da Companhia.

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida.

Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, também administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres.

Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não são assumidos pela Companhia nenhuma responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

Durante o exercício de 2010 a Companhia contribuiu com R\$ 4.493 aos planos (R\$ 4.029 em 2009), valores contabilizados como despesa no resultado do exercício.

O total de participantes do plano em 31 de dezembro de 2010 era de 2.058 (1.867 em 31 de dezembro de 2009), destes 2.017 são empregados na ativa e 41 aposentados.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioridade e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, diante disso mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado, o qual foi calculado por atuário independente, com total de 1.060 beneficiários no montante de R\$ 32.805 (R\$ 24.600 em 31 de dezembro de 2009), no passivo não circulante na rubrica de “Outras Contas a Pagar e Provisões” no passivo não circulante.

A reconciliação do passivo atuarial dos períodos apresentado nas referidas demonstrações financeiras é composta da seguinte forma:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente da obrigação	24.600	24.597
Benefícios pagos	(2.772)	(2.655)
Custo dos juros	2.995	2.476
Ganhos (perdas) atuariais	7.982	182
Saldo atuarial passivo	32.805	24.600

Foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa de desconto 10,75% a.a. nominal (11,25% em 31 de dezembro de 2009), taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2011 com 12,5% a.a. chegando a 6,5% a.a. em 2023, inflação de longo prazo 4,5% a.a. (4,5% a.a. em 31 de dezembro de 2009), e tabua biométrica de mortalidade RP 2000. O montante registrado como despesa no exercício de 2010 foi de R\$ 8.205 (R\$ 3 em 2009).

Este plano não possui ativos para divulgação.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da apresentação das referidas demonstrações financeiras, a Companhia não possui quaisquer eventos subsequentes que mereçam destaque em nota explicativa ou ajuste em seus balanços patrimoniais.

Conforme ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, divulgada ao mercado em 2 de fevereiro de 2011, o Sr. Fabio Schwartsman foi eleito Diretor Geral da Companhia, em substituição ao Sr. Reinoldo Poernbacher.

KLABIN S.A.
CNPJ Nº 89.637.490/0001-45
Companhia aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Franco Piva

Conselheiros

Armando Klabin
Celso Lafer
Daniel Miguel Klabin
Israel Klabin
Lília Klabin Levine
Miguel Lafer
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho
Rui Manuel de Medeiros D’Espiney Patrício
Roberto Luiz Leme Klabin
Vera Lafer

CONSELHO FISCAL

Antonio Gonçalves de Oliveira
Antonio Marcos Vieira Santos
João Alfredo Dias Lins
Luís Eduardo Pereira de Carvalho
Wolfgang Eberhard Rohrbach

DIRETORIA

Fabio Schvartsman
Antonio Sergio Alfano

Paulo Roberto Petterle
Francisco Cezar Razzolini
Arthur Canhisares

Diretor Geral
Diretor Financeiro, de Planejamento e de Relação com
Investidores
Diretor de Operações
Diretor de Projetos, Tecnologia Industrial e Suprimentos
Diretor Industrial de Monte Alegre, Amgatuba e Papéis
Reciclados da Unidade de Negócio Klabin Papéis

Pedro Guilherme Zan
Controladoria
CRC-1SP 168.918/O-9

Angel Alvarez Núñez
Contabilidade
TC - CRC-1SP 157.878/O-3
